B. A.: Temos ainda um programa muito interessante de *scoutment* no estrangeiro para os nossos advogados. Para os que têm algum grau de senioridade isso permite-lhes passar alguns períodos nos escritórios de Londres, Paris ou Nova Iorque.

Como olham para o mercado português e a evolução dos honorários [*fees*]?

A.V. Os clientes pedem eficiência e isso significa que temos de ser muito exigentes. Nós gostamos de dizer que somos um escritório de excelência. Se conseguirmos demonstrar isso aos clientes, os *fees* não são o pior dos problemas. Estamos muito satisfeitos com a trajetória que temos tido em Portugal e da evolução dos nossos números. Nos últimos três ou quatro anos temos estado em parâmetros recordes, em termos de faturação e de números. Obviamente que sentimos a pressão da concorrência e isso não é fácil sobretudo naquelas áreas em que é mais difícil provar ou mostrar que se consegue contribuir com valor acrescentamento. Mas nas áreas de M&A, litigância complexa ou financiamentos estruturados não são os *fees* que fazem a diferença.

Nos últimos anos cresceram em parte através da integração de advogados vindos de outros escritórios. Vão manter essa estratégia de ir buscar o talento já consolidado ou a aposta será no crescimento orgânico?

A.V.: Esse talento já formado e que se está a referir felizmente já temos aqui dentro do escritório. Durante alguns anos sentimos algumas lacunas e precisámos de ir buscar o Bernardo Ayala, o Daniel Proença de Carvalho e o Jorge Brito Pereira, entre outras grandes figuras da advocacia portuguesa. Hoje em dia sentimos que todas as grandes áreas do escritório estão muito bem representadas e, portanto, o crescimento é mais um crescimento orgânico e o talento jovem das universidades.

B.A.: É o que está de acordo com a nossa filosofia. Nós pretendemos recrutar os melhores à saída da universidade e depois fazê-los crescer dentro do esquema próprio de uma sociedade internacional, com presença também em Londres, Madrid, Nova Iorque, Pequim ou São Paulo. Temos uma marca e cultura muito fortes. De facto, a nossa prioridade é recrutar gente muito jovem, formar quem possa assimilar a nossa cultura e depois que nos possa substituir um dia. Oferecemos uma perspetiva de carreira em operações relevantes. E que oferece um plano de carreira sólido e transparente, baseado na meritocracia.

A.V.: Tivemos quatro novos sócios portugueses nos últimos três anos e jovens. Portanto, isso também permite mostrar que o modelo funciona e serve como elemento muito atraente para o talento das universidades. Aqui as carreiras funcionam e novos sócios estão a ser nomeados.

Em termos de áreas mais fortes, o que destacam este ano?

A.V.: Nos últimos anos temos assistido ao crescimento muito forte das duas grandes áreas do escritório: M&A e Contencioso. Mas também acho que vale a pena destacar o excepcional trabalho que o departamento fiscal fez nos últimos anos. E aí temos uma área que merece o máximo reconhecimento e que fez um extraordinário trabalho não apenas com os clientes mas também com a formação de uma equipa espetacular de advogados e que o mercado reconhece. Fizemos grandes operações nos últimos anos e continuamos atentos. Achamos que este também vai ser um bom ano para M&A.

B.A.: Gostaria só de complementar que, além destas áreas, temos um departamento laboral que mostrou grande dinamismo no último ano. É uma área para o qual estamos estabilizados mas em crescimento. Temos um departamento de Contencioso pujantíssimo, que coloco sem hesitar entre o melhor que existe no mercado e que está efetivamente em que tudo o que é litigância relevante. No que respeita ao Público, o que eu mais cuido diretamente como advogado, houve um abaixamento da atividade de contratação pública após 2010 e 2011. O que felizmente se assiste agora é o ressurgimento da grande contratação pública, que nos manteve muito ocupados durante muito anos, mas um bocadinho menos nos últimos. O novo Código dos Contratos Públicos é altissimamente problemático. Por um lado, é muito complexo. Por outro lado, o modo como as diretivas comunitárias foram transpostas gera muita perplexidade e muitas dúvidas. O teste da aplicação prática do código ainda está por fazer e estou pessoalmente convencido de que vai ser muito difícil. É um diploma que coloca questões francamente complexas. Dito isto, é o diploma que vai reger a contratação pública nos próximos anos.

> “Na base da informação que nos foi passada não detetámos, ao longo destas muitas semanas, já quase meses de relatos quase diários sobre a operação Fizz, qualquer impacto na nossa atividade

Mas é melhor ou pior do que o Código de 2008?

B.A.: Acho que é francamente pior sob todos os pontos de vista: da técnica legislativa e das soluções encontradas. Mas oferece soluções e agora é preciso trabalhá-las e encontrar um caminho por entre todos aqueles obstáculos. Nós já fizemos uma análise profunda do código dos contratos, artigo a artigo, letra a letra e temos um conjunto de ações previstas nesse domínio. Efetivamente, é um documento central porque a contratação pública representa atualmente cerca de 15% do PIB comunitário e transposto para Portugal há-de ser cerca de 15% do PIB português. É um diploma central para a economia mas este vai exigir muito trabalho. A contratação pública primeiro regrediu a agora começa a ressurgir. Em contrapartida houve uma área que aumentou substancialmente de peso e de importância que foi a litigância administrativa e financeira.

O nome de Proença de Carvalho tem surgido nas notícias sobre a Operação Fizz. Este caso está a afetar a firma?

B.A.: Vamos comentar com toda a tranquilidade. Não é um tema tabu. É um tema sobre o qual nós estamos obviamente disponíveis para conversar. Não nos tem afetado de modo algum, ou seja, estamos completamente tranquilos. A nossa vida como sociedade de advogados já é uma vida longa. A Uría tem 70 anos [comemorou o ano passado], já passou por momentos brilhantíssimos, outros mais difíceis. O Dr. Daniel Proença de Carvalho irá, aparentemente, se for dispensado do sigilo pela Ordem dos Advogados conforme se espera e já pedido por ele, depor em tribunal na data que lhe for fixada pelo juiz. Nessa altura terá oportunidade, finalmente, de prestar as declarações que entender prestar e nós estamos absolutamente tranquilos quanto a isso. Na base da informação que nos foi passada, não detetámos ao longo destas muitas semanas, já quase meses de relatos quase diários sobre a operação Fizz, qualquer impacto na nossa atividade. Não detetámos sequer do ponto de vista interno nada que nos pudesse gerar preocupação. Nós conhecemo-nos uns aos outros, sabemos como é que somos e portanto estamos tranquilos. É importante frisar que há nestes temas, sem prejuízo do debate que gera na comunicação social e que nós entendemos e respeitamos, há um local próprio para prestar os acontecimentos relevantes. E esse local próprio é o tribunal. ●

Leia a versão integral desta entrevista na plataforma JE Leitor, em http://leitor.jornaleconomico.pt

OPINIÃO

Saiba o que ter em conta antes de investir



CARLA MATOS
Sócia, CCA ONTIER



VANESSA RODRIGUES
Associada, CCA ONTIER

Quando se idealiza uma ideia de negócio e se pretende dar o passo em frente, deve analisar-se previamente a melhor forma para o concretizar. Constituir uma sociedade comercial acaba por ser a opção mais escolhida quando se pensa em investir.

Quer se pense em constituir uma sociedade em Portugal ou noutro país, devemos ter presentes as vantagens, custos e riscos associados de forma a não surgirem surpresas inesperadas. Será mais vantajoso constituir uma só sociedade? Ou uma para cada investimento? Estas dúvidas dão ênfase à necessidade desta análise prévia.

Devemos ter em conta os seguintes fatores: dimensão do investimento; número de investidores; nacionalidade e regime fiscal dos investidores; o montante para o investimento e o local de desenvolvimento do mesmo. Todos estes fatores irão influenciar a decisão do tipo societário a adotar, bem como dos custos a incorrer.

Optar por uma sociedade Lda. ou uma S.A. irá depender do volume e necessidades do investimento, já que o processo de constituição é muito semelhante, diferindo na parte dos custos de manutenção, uma vez que as S.A. obrigam à nomeação de um maior número de órgãos corporativos e contratação de serviços adicionais, que fazem aumentar esses custos. Mas engane-se quem vê benefícios nas S.A., apenas pelo seu nome, pois com a entrada em vigor do Regime do Beneficiário Efetivo, no âmbito do leque legislativo que foi aprovado para fazer frente aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tornou-se obrigatório que todas as ações das sociedades sejam nominativas, o que implica a inscrição e registo do titular das mesmas, bem como a manutenção de um registo atualizado por parte da administração das sociedades com informação completa de todos os acionistas.

Quando se pretende concretizar vários negócios, quer sejam do mesmo ramo ou de atividades distintas, ou ainda diferentes investimentos, essa questão e preocupação é muito pertinente. Ao se repartirem os investimentos por sociedades estamos igualmente a repartir os riscos, uma vez que a responsabilidade dos investidores, nos tipos societários acima referidos, é aferida na proporção das suas participações sociais, consequentemente ficam limitados os riscos e responsabilidades inerentes dos investimentos.

No caso de o investimento não ter corrido da melhor forma, o facto de cada negócio ser individualizado poderá trazer vantagens, pois os prejuízos existentes apenas serão contabilizados em cada sociedade e não entram para um cômputo global, como seria no caso de todos os investimentos estarem relacionados apenas com uma única entidade.

De igual forma, quando surge oportunidade de alienação do negócio, a possibilidade de poder vender a sociedade e não o negócio em separado poderá ser visto até como uma eficiência societária e fiscal. Claro que esta solução acarreta custos acrescidos que existirão com a manutenção das várias estruturas societárias. Ainda assim, muitas das vezes revelam-se manifestamente inferiores quando comparados com a limitação de riscos e benefícios que se pode beneficiar. ●